

Factos relevantes ocorridos no 4.º Trimestre 2022

- **Nova parceria público-privada para a gestão e prestação de cuidados de saúde no Hospital de Cascais:** O Tribunal de Contas decidiu que este contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia. Nesta sequência, com a comunicação desta decisão pela ARSLVT à EGEst Cascais 2022, o contrato começou a produzir efeitos nos termos contratualmente previstos.
- **Processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental:** Continua em curso a fase pós-adjudicatória do procedimento de contratação.
- **Regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023:** Foi publicado o Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece este regime excecional e que procede à atribuição de um apoio à utilização de autoestradas e pontes concessionadas sujeitas ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores.
- **Constituição de uma nova equipa de projeto para a Linha Ferroviária de Alta Velocidade:** Foi constituída uma equipa de projeto para dar início ao processo de estudo e preparação do lançamento do projeto de uma nova linha ferroviária de alta velocidade de passageiros entre as cidades do Porto e de Lisboa (LAV).

Resolução de Litígios (Destques):

- ❖ **Concessão Oeste:** Foi indeferido, pelo parceiro público, o pedido de REF submetido (no 3.º trimestre de 2022) pela concessionária relativo a alegados impactos negativos associados à introdução de portagens na Concessão Costa de Prata e da Beira Litoral/Beira Alta.
- ❖ **Concessão Norte Litoral:** A concessionária intentou uma ação arbitral com vista a resolver o diferendo entre as partes contratuais sobre a interpretação da Cláusula 98B.1 do contrato.
- ❖ **Concessão Algarve:** A concessionária intentou uma ação arbitral com vista a resolver o diferendo entre as partes contratuais sobre a interpretação da Cláusula 98B.1 do contrato.
- ❖ **Hospital de Loures:** A EGEst requereu a constituição de um tribunal arbitral com vista a resolver o litígio respeitante ao pedido de REF relacionado com a pandemia Covid-19.
- ❖ **Hospital de Vila Franca de Xira:** O Tribunal Administrativo Central Sul julgou improcedente o pedido de anulação, formulado pela ARSLVT, do acórdão arbitral proferido no âmbito da ação instaurada pela EGEst para dirimir o litígio sobre o pagamento dos medicamentos para tratamento Hepatite C a partir de 2018 e dos medicamentos de dispensa obrigatória em farmácia hospitalar.

Execução Financeira 2022 – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP em 2022 ascenderam a 1 325,9M€, valor inferior em 12% (186,4M€) face ao período homólogo e 6% abaixo do valor orçamentado (-85,3M€).

Valores em milhares de euros

Encargos líquidos	2022	Peso no Total	2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Rodoviário	1 136 727	86%	1 250 090	(113 363)	-9%	1 241 078	92%
Saúde	162 706	12%	240 995	(78 289)	-32%	147 815	110%
Ferrovário	58 090	4%	52 723	5 367	10%	54 796	106%
Aeroportuário	-	0%	-	-	n.a.	-	n.a.
Portuário	(29 804)	-2%	(29 833)	28	0%	(30 625)	97%
Oceanário	(1 817)	0%	(1 661)	(156)	-9%	(1 900)	96%
TOTAL	1 325 902	100%	1 512 314	(186 413)	-12%	1 411 163	94%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2022.

Notas:

- (1) Os valores apresentados para o setor Portuário e o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica.
- (2) Os valores da coluna 2022P correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2022, com exceção do setor portuário (cujos dados são disponibilizados pelas Administrações Portuárias), uma vez que esses parceiros, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação orçamental.
- (3) O valor dos encargos líquidos do setor Portuário sofreu uma correção face ao valor reportado no Boletim do 4.º trimestre de 2021.

As variações de maior relevo dos encargos líquidos em 2022 face ao mesmo período de 2021 são as seguintes:

- **Rodoviário:** O decréscimo nos encargos líquidos (-113,4M€) deve-se ao efeito conjunto entre a diminuição dos encargos brutos (-91,1M€) e o aumento das receitas (+22,3M€). Relativamente aos encargos brutos, o decréscimo deve-se à diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-135,2M€) compensado parcialmente pelo aumento dos pagamentos por serviço (+17,2M€) e de grandes reparações (+32,9M€). O aumento das receitas deve-se ao aumento do tráfego médio diário.
- **Saúde:** Diminuição dos encargos (-78,3M€) explicado sobretudo pelo término dos contratos das EGEst Vila Franca de Xira e de Loures, cujo efeito foi parcialmente mitigado pelo pagamento decorrente da decisão arbitral dos tratamentos de doentes com VIH/SIDA à EGEst Loures.

Quanto à execução orçamental, os encargos líquidos do setor público com as PPP ficaram 6% abaixo do valor previsto (-85,3M€), devido à redução dos encargos líquidos com o setor rodoviário (-104,4M€) que foi parcialmente compensada pelo aumento dos encargos líquidos relativos ao sector da saúde (+14,9M€).

Sector Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos do sector público com o **sector rodoviário** em 2022 ascenderam a 1 136,7M€, representando um decréscimo de 9% (-113,4M€) face ao ano de 2021, resultante da diminuição dos encargos brutos em 6% (-91,1M€) e do incremento das receitas de portagem em 7% (+22,3M€).

Relativamente à execução orçamental, os encargos líquidos de 2022 ficaram 8% abaixo do valor estimado (-104,4M€), tendo contribuído para este efeito uma diminuição dos encargos brutos (-36,6M€) e um aumento das receitas (+67,8M€) face ao estimado.

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	AC 2022	Peso relativo	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Encargos brutos	1 463 732	100%	1 554 828	(91 097)	-6%	1 500 282	98%
Pagamentos por Disponibilidade	1 297 794	89%	1 432 994	(135 200)	-9%	1 274 513	102%
Concessões	777 055	53%	752 658	24 397	3%	771 767	101%
Subconcessões ⁽⁴⁾	520 739	36%	680 336	(159 597)	-23%	502 745	104%
Custos com serviço de cobrança de portagem ⁽¹⁾	37 604	3%	35 774	1 830	5%	43 607	86%
Pagamento por serviço ⁽²⁾	73 365	5%	56 117	17 248	31%	67 345	109%
Compensações/REF's	3 990	0%	11 867	(7 877)	-66%	12 972	31%
Grandes Reparações	50 978	3%	18 076	32 902	182%	101 845	50%
Receitas	327 005	100%	304 738	22 266	7%	259 205	126%
Concessões	286 671	88%	270 062	16 609	6%	225 800	127%
Subconcessões	38 992	12%	33 887	5 105	15%	33 094	118%
Outros ⁽³⁾	1 342	0%	789	553	70%	310	432%
Encargos líquidos totais	1 136 727	n.a.	1 250 090	(113 363)	-9%	1 241 078	92%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(2) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(3) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

(4) O valor referente à decisão arbitral do Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.

O decréscimo dos encargos brutos face ao período homólogo é explicado, essencialmente, pelos seguintes acontecimentos:

- **Baixo Tejo:** Ocorrência de um pagamento em 2021 no âmbito de acordo de REF alcançado (88,8M€) e redução de pagamentos por disponibilidade (-41,4M€) em linha com a evolução contratualmente prevista; e
- **Algarve Litoral:** Ocorrência de um pagamento em 2021 (36,9M€), referente a um processo cautelar associado à ação arbitral principal de rescisão do contrato de subconcessão reformado.

Cujos efeitos foram parcialmente mitigados por:

- **Pagamentos por serviço:** Aumento nas componentes de adiantamento e de reconciliação influenciadas pelo aumento do tráfego total do ano anterior em comparação com o homólogo (+17,2M€);

(cont.)

- **Pagamentos por disponibilidade:** Aumento decorrente da evolução contratualmente prevista (+15,8M€) na concessão do Norte (+8,9M€) e na Concessão das Beiras Litoral e Alta (+6,9M€); e
- **Algarve Litoral:** Ocorrência de pagamentos no valor de 6,2M€, sem paralelo no ano de 2021 (diferença de 4 prestações mensais).

Na execução orçamental, os encargos brutos ficaram 2% abaixo do valor orçamentado (-36,6M€), contribuindo para este desvio uma execução orçamental de apenas 50% relativamente à componente “Grandes reparações” (-50,9M€) e de 31% na componente de “Compensações/REF's” (-9,0M€), cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 2% dos “Pagamentos por disponibilidade” (+23,3M€).

O aumento dos “Pagamentos por Disponibilidade” deve-se: (i) aos pagamentos que ocorreram ao Algarve Litoral, no valor de 18,6M€ (que foram contemplados no capítulo “Riscos das Responsabilidades Contingentes e do Sector Empresarial do Estado” do OE2022 e não nos encargos plurianuais); e (ii) à utilização de uma taxa de inflação na atualização de tarifas na elaboração do Orçamento inferior à inflação real.

Receitas

O crescimento verificado em 2022, face ao homólogo, decorre do aumento do tráfego médio diário, não obstante do efeito negativo nas tarifas de portagem decorrente da aplicação do novo regime de descontos nas ex-SCUT (Portaria n.º 138-D/2021). No entanto, embora a introdução deste desconto tenha um impacto direto negativo no valor das receitas, contribuiu também para o aumento de tráfego pelo efeito de indução.

Quanto à execução orçamental, verificou-se que ficou 26% acima do previsto (+67,8M€), explicado pelo aumento do tráfego médio para níveis acima da época pré-covid, superando a estimativa de tráfego utilizada para o apuramento das receitas no orçamento.

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos do setor público com as parcerias da **saúde** ascenderam a 162,7M€ em 2022, valor que representa um decréscimo de 32% (-78,3M€) face ao ano anterior. Não obstante, o valor anual corresponde a um desvio de 10% (+14,9M€) face ao valor orçamentado.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2022	Peso no total	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
EGEst	124 408	76%	202 596	(78 187)	-39%	109 992	113%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	73 094	45%	179 188	(106 094)	-59%	71 486	102%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	15 923	10%	4 901	11 022	225%	25 887	62%
Protocolos/outros ⁽³⁾	35 392	22%	18 507	16 884	91%	12 619	280%
EGEd	38 298	24%	38 399	(101)	0%	37 823	101%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	34 733	21%	34 698	36	0%	34 087	102%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3 564	2%	3 701	(137)	-4%	3 736	95%
Encargos Totais	162 706	100%	240 995	(78 289)	-32%	147 815	110%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Os pagamentos de reconciliação correspondem, nos termos contratualmente previstos, a pagamentos de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os montantes devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido no Hospital de Cascais, (ii) valores referentes aos pagamentos decorrentes de Medicamentos de dispensa obrigatória em Farmácia Hospitalar, e (iii) Outros.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2022	Peso no total	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Hospital de Cascais	101 077	62%	85 201	15 876	19%	100 092	101%
EGEst	91 906	56%	75 974	15 932	21%	91 003	101%
EGEd	9 172	6%	9 228	(56)	-1%	9 089	101%
Hospital de Braga	16 341	10%	16 747	(405)	-2%	7 129	229%
EGEst	9 149	6%	9 645	(496)	-5%	-	n.a.
EGEd	7 193	4%	7 101	91	1%	7 129	101%
Hospital de Loures	37 669	23%	103 046	(65 377)	-63%	33 283	113%
EGEst	23 135	14%	88 905	(65 771)	-74%	18 989	122%
EGEd	14 535	9%	14 141	394	3%	14 293	102%
Hospital de Vila Franca de Xira	7 618	5%	36 001	(28 383)	-79%	7 311	104%
EGEst	219	0%	28 072	(27 853)	n.a.	-	n.a.
EGEd	7 399	5%	7 929	(530)	-7%	7 311	101%
TOTAL	162 706	100%	240 995	(78 289)	-32%	147 815	110%
EGEst	124 408	76%	202 596	(78 187)	-39%	109 992	113%
EGEd	38 298	24%	38 399	(101)	0%	37 823	101%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

As principais variações ocorridas face a igual período do ano anterior são:

- **Hospital de Cascais:** Incremento dos encargos com a EGEst 2008 (+15,9M€), justificado pelo aumento dos pagamentos de reconciliação (+10,1M€) e dos pagamentos contratuais mensais (+5,3M€);
- **Hospital de Loures:** Redução dos encargos no decurso do término do contrato de gestão em janeiro de 2022 (-83,4M€), cujo efeito foi compensado parcialmente por um pagamento no âmbito de uma decisão arbitral referente ao tratamento VIH/SIDA (+18,3 M€); e
- **Hospital Vila Franca de Xira:** Término do contrato de gestão pelo que, a partir de junho de 2021, deixou de efetuar-se qualquer pagamento por conta mensal (-28,0M€).

Relativamente à execução orçamental, o desvio deve-se a:

- **Hospital de Braga:** Não foram estimados encargos para 2022, no entanto, ocorreu: (i) um pagamento de reconciliação de 2019 (5,0M€) que não foi contemplado no OE 2022 por se estimar que iria ocorrer no final de 2021; (ii) um pagamento de acerto de tratamento de doentes estrangeiros (2,5M€); e (iii) um pagamento no decurso da decisão arbitral referente ao Tratamento Doentes Hepatite C (1,6M€) (incluído na estimativa de Riscos das Responsabilidades Contingentes do OE2022); e
- **Hospital de Loures:** Efeito combinado entre a não ocorrência de pagamentos de reconciliação estimados ocorrer em 2022 (14,3M€) e a ocorrência de um pagamento (18,3M€) no decurso de uma decisão arbitral referente ao tratamento VIH/SIDA (incluído na estimativa de Riscos das Responsabilidades Contingentes do OE2022).

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 4.º Trimestre 2022*

Setor Portuário

Execução financeira

As receitas em 2022 das parcerias **portuárias** ascenderam a 29,8M€, valor ligeiramente abaixo do valor orçamentado (-3%) e em linha com o período homólogo de 2021.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	AC 2022	Peso no total	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Porto de Douro e Leixões	21 283	71%	21 678	(396)	-2%	21 259	100%
Terminal de Contentores de Leixões	18 522	62%	18 253	269	1%	18 582	100%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2 761	9%	3 426	(665)	-19%	2 677	103%
Porto de Sines	5 248	18%	6 051	(803)	-13%	6 533	80%
Terminal de Contentores de Sines XXI	5 248	18%	6 051	(803)	-13%	6 533	80%
Porto de Lisboa	3 273	11%	2 104	1 170	56%	2 833	116%
Terminal de Contentores de Alcântara	3 273	11%	2 103	1 170	56%	2 833	116%
TOTAL	29 804	100%	29 833	(28)	0%	30 625	97%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2022P.

Nota: O valor das receitas reportado pelo Porto de Lisboa sofreu uma correção face ao valor reportado no Boletim do 4.º trimestre de 2021.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos do setor público com o setor **ferroviário** ascenderam em 2022 a 58,1M€, valor 6% acima do orçamentado (+3,3M€) e superior em 10% face a 2021 (+5,4M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	AC 2022	Peso no total	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Subconcessão Metro do Porto	50 602	87%	43 353	7 249	17%	45 707	111%
Concessão do MST	7 492	13%	9 370	(1 878)	-20%	9 089	82%
Concessão Eixo Norte/Sul	(4)	0%	-	(4)	n.a.	-	n.a.
TOTAL	58 090	100%	52 723	5 367	10%	54 796	106%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf e pelo Metro do Porto, S.A..

As variações nos encargos face ao período homólogo são explicadas, pelos seguintes acontecimentos:

- **Metro do Porto:** Ocorrência de: (i) um pagamento adicional de componente fixa mensal (+3,2M€) e de componente variável mensal que deveriam ter ocorrido em 2021; (ii) incremento do valor da componente variável devido ao aumento da produção quilométrica; (iii) pagamentos de compensação no âmbito de um protocolo de gestão de obsolescências (1,5M€); e (iv) aumento da componente de revisão de preços, devido ao aumento da inflação.
- **MST:** Diferença de um pagamento de compensação por insuficiência de tráfego em comparação com 2021 (em 2021 foi regularizado um pagamento do ano anterior).

Na execução orçamental, o acréscimo de 6% deve-se ao incremento dos encargos com o Metro do Porto decorrente de um pagamento adicional de componente mensal fixa e variável e de um pagamento não orçamentado do “protocolo de gestão de obsolescências” (1,5M€).

Oceanário

Execução financeira

Os pagamentos realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascenderam a 1,8M€ em 2022, representando um valor inferior em 4% face ao valor orçamentado, mas superior em 9% face ao ano anterior.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	AC 2022	Peso no total	AC 2021	Δ valor	Δ %	2022P	% Execução
Remuneração mensal	1 397	77%	1 343	54	4%	1 400	100%
Componente variável	420	23%	318	103	32%	500	84%
TOTAL	1 817	100%	1 661	156	9%	1 900	96%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf.

ANA

Execução financeira

Segundo os termos contratuais aplicáveis, ainda não começou o pagamento que a concessionária deve ao concedente ao abrigo do regime de partilha de receitas. Neste contexto, ainda não foram registados quaisquer fluxos financeiros entre o parceiro privado e o parceiro público no âmbito dos contratos de concessão da ANA.